

6

Texto 36

Quinta-feira, 27 de outubro de 2011

O GLOBO

OPINIÃO

Caso PCdoB põe fisiologismo em xeque

Seis mudanças de primeiro escalão em dez meses de governo têm dimensão de reforma ministerial. Com as exceções de Antonio Palocci — desvio ético — e Nelson Jobim — incompatibilidade de gênios —, os quatro restantes, com a defenestração ontem de Orlando Silva, do Esporte, foram abatidos por evidências de corrupção no entorno e dentro dos próprios gabinetes. É provável que retorne a discussão sobre se Dilma voltou a usar a vassoura da "faxina", que tanto melhorou sua avaliação no eleitorado de oposição no Sul/Sudeste. Este debate ao menos já delimitou alguns pontos: a presidente herdou uma equipe montada pelo mentor, Lula, e, se procura não compactuar com "malfeitos", tem limites. Afinal, não pode desmontar parte da sua base parlamentar, construída no toma lá dá cá praticado como poucas vezes se viu em Brasília.

Conta ponto a favor da presidente, como no caso dos ministérios dos Transportes (Alfre-

do Nascimento/PR), Agricultura (Wagner Rossi/PMDB) e Turismo (Pedro Novais/PMDB), o fato de reagir às evidências de que o ministro usava o cargo para irrigar a legenda de dinheiro público e/ou enriquecer correligionários. Tem comportamento oposto ao de Lula, que, em nome do correto princípio da presunção da inocência, fechava os olhos a atos hediondos de corrupção.

Nestes quase dez meses de gestão Dilma, ficou visível a existência de um mosaico de operações criminosas, contra o interesse do contribuinte: do uso de verbas dos Transportes para financiar caixa dois do PR — além de atrair parlamentares para a legenda — às ligações descabidas de Rossi com pelo menos um fornecedor da Agricultura, até a manipulação de ONGs no desvio de dinheiro público

arrancado do Tesouro por emenda parlamentar, no Turismo. A partir de Brasília, um capilarizado esquema de corrupção aciona vários

tipos de gazuas para assaltar o Erário. A situação de Orlando Silva teria ficado insustentável com a decisão do Supremo, terça, de aceitar o pedido da Procuradoria Geral da República para investigá-lo e o antecessor, Agnelo Queiroz, antes também do PCdoB, partido ao qual a Pasta foi cedida na partilha fisiológica. Queiroz, hoje no PT, governa Brasília. Na verdade, a insustentabilidade dele ficou evidente logo após a revista "Veja" trazer a história do ex-PM João Dias, ex-PC-

doB, e, como vários outros "camaradas", dono de ONG receptadora de dinheiro liberado pelo ministério de Orlando Silva, com a obrigação — denuncia Dias — de pagar um pedágio ao

gabinete ministerial. A partir dali, surgiu uma enxurrada de casos semelhantes, configurando-se o uso do orçamento do Esporte, pasta-chave diante dos eventos marcados para o Brasil nos próximos anos, para irrigar de dinheiro sujo as finanças da legenda. Isso no mínimo. O ministério está desde 2003 sob controle do PCdoB. Houve tempo para a montagem deste enorme sistema de dragagem de dinheiro público. Ele simboliza o fisiologismo com que o lulopetismo governou a partir de 2003 e montou a equipe de Dilma.

Mais uma queda de ministro, pelas mesmas razões de outras três, coloca o fisiologismo em xeque. A sociedade parece ter acordado para os efeitos deletérios dessa maneira de manter-se no poder. E instituições republicanas se mostram mais atentas ao acúmulo de casos idênticos, em que áreas aparelhadas da máquina pública cometem assaltos, à luz do dia, ao Tesouro. Dilma tem limites, mas a realidade costuma se impor.

É sugestivo que quatro ministros já tenham caído por denúncias de corrupção

6

Texto 37

Terça-feira, 27 de setembro de 2011

O GLOBO

OPINIÃO

Economia e política se cruzam na Europa

Nuvens carregadas se mantêm sobre a zona do euro, enquanto governos e instituições tentam estancar a hemorragia financeira da Grécia, com Portugal já na fila de atendimento. Na reunião do FMI, em Washington, o secretário do Tesouro dos EUA, Timothy Geithner, advertiu: "A ameaça de moratórias em cascata e corrida aos bancos precisa sair da mesa, ou porá em risco todos os outros esforços, tanto na Europa quanto globalmente."

Instituições como o FMI e o Tesouro americano pressionam governos europeus a agirem mais efetiva e rapidamente, temendo um novo colapso financeiro global. O eventual *default* da Grécia teria efeito comparável, segundo a diretora-gerente do FMI, Christine Lagarde, à quebra do banco Lehman Brothers nos EUA em fins de 2008. É urgente a aprovação, pelos parlamentos dos 17 países que adotam o euro, do pacote de € 440 bilhões adotado

em julho. Vários países votam, em seus parlamentos, esta semana.

Mas a situação já se deteriorou tanto desde julho — as nuvens pairam também sobre Espanha e Itália — que há consenso na área econômica sobre a necessidade de ampliar o resgate. O presidente do Banco Central do Canadá, Mark Carney, sugeriu que o fundo europeu alcance € 1 trilhão.

O que falta é combinar com os contribuintes/eleitores dos países ricos da zona do euro, principalmente os da Alemanha — cada vez mais resistentes a apertar mais o cinto para financiar disciplinas fiscais de países ditos periféricos. Neste momento, a política anda de sinal trocado com a economia na Europa. A crise exige ações incisivas das lideranças po-

líticas, mas elas caminham na beira do abismo ao serem obrigadas a tomar medidas duras para fazer ajustes tão inadiáveis quanto impopulares, como demissão de funcionários públicos e cortes nos salários e nas aposentadorias.

O descontentamento do eleitor/contribuinte não tem preferência pela coloração política do governante. Conservadores e progressistas no poder têm amargado derrotas. Na França, o governo de centro-direita do presidente Sarkozy sofreu um revés tão sério no pleito indireto para o Senado, domingo, que a Casa, pela primeira vez desde 1958, terá maioria de esquerda. A derrota poderá reduzir as chances de Sarkozy nas eleições presidenciais de abril. Na Espanha, o presidente do governo, José Luis Zapatero, de

centro-esquerda, antecipou em quatro meses as eleições, para 20 de novembro, tentando manter alguma chance para seu candidato diante do desgaste político de cinco anos de poder e de medidas de austeridade. Na Alemanha, a coalizão conservadora-liberal da chanceler Angela Merkel foi derrotada em seis das sete eleições disputadas este ano. A última, em Berlim, e a mais impactante, a perda do reduto histórico de Baden-Wutemberg.

A crise evidencia fragilidades institucionais da União Europeia e do euro. A UE carece de ações multilaterais urgentes, mas os Estados nacionais se sobrepõem ao interesse comum do bloco. A moeda única, que pôs no mesmo saco países tão díspares quanto Alemanha e Grécia, torna-se uma ficção em tempos difíceis. O continente se ressentia ainda da falta de estadistas como Churchill, De Gaulle e Adenauer, ou, mais recentemente, Willy Brandt e mesmo Helmut Kohl.

Líderes precisam tomar medidas duras, mas eleitores as rejeitam

6

Texto 38

Quinta-feira, 28 de julho de 2011

O GLOBO

OPINIÃO

Justiça agride Constituição com censura

A deplorável tradição brasileira da lei que “não pega” contamina de forma perigosa dispositivos constitucionais. E nesta contaminação uma vítima frequente é o direito à liberdade de expressão, em todos os aspectos: de opinião, imprensa, criação. O mais grave é que o desrespeito à Carta tem partido da própria Justiça, a maioria das vezes em instâncias inferiores.

A censura ao filme sérvio “*Terror sem limites*” é apenas mais um atropelamento da Constituição patrocinado por um tribunal, neste caso acionado pelo ex-prefeito Cesar Maia e o filho Rodrigo, em nome do DEM, com base no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Existe uma extensa relação de atos de censura à imprensa avalizados por juízes, um deles ainda em curso contra o jornal “*O Estado de S. Paulo*”, proibido há quase dois anos de

publicar qualquer notícia sobre uma investigação da Polícia Federal em que está envolvido o empresário Fernando Sarney, filho do presidente do Senado, José Sarney (PMDB-PA). Já o tacão sobre o filme sérvio recoloca o Brasil na obscuridade do regime militar, quando filmes, músicas e peças teatrais eram alvo constante do departamento de censura da Polícia Federal.

Há quem possa concordar com a argumentação da defesa da moral, bons costumes e da criança — haveria cenas fortes com menores de idade — para o filme não poder ser exibido. São sempre ponderações razoáveis, mas não se deve abrir frestas e exceções num dispositivo constitucional em que se lastreiam as próprias liberdades democráticas.

A Caixa Econômica, patrocinadora do festival RioFan, em que o filme seria exibido na categoria de terror, decidiu cancelar a projeção, diante da reação negativa. Na Inglaterra, “*A Serbian film — Terror sem limites*” sofreu 49 cortes; na Espanha o diretor do festival em que ele foi projetado sofre um processo; e, na Noruega, está proibido. Mas a sociedade brasileira, ao superar a ditadura militar, optou por garantir as mais amplas liberdades públicas, direito inscrito na Constituição de 1988. Por erro dos constituintes, foi preservada a Lei de Imprensa, de 1967, do marechal-presidente Castello Branco, até a

falha ser corrigida em 2009 pelo Supremo Tribunal Federal, com a supressão do dispositivo. Por uma simples razão: o direito à liber-

dade de expressão prescinde de regulamentação. Quer dizer, não cabe lei para estabelecer limites a qualquer segmento da sociedade neste aspecto. Por isso, a própria classificação de filmes e programação de entretenimento em geral é apenas indicativa no Brasil. E não pode ser diferente, mesmo em assuntos sensíveis como o do “*Terror sem limites*”, acusado de promover a pedofilia.

A Caixa Econômica agiu dentro do seu direito. Nada a criticar. É até mesmo possível que o filme não se enquadre sequer no escopo de um festival de cinema “fantástico”. Pode ser que o melhor destino para ele seja a lata de lixo. Mas nenhuma obra pode ser vetada por qualquer agente do Estado. E, pior, agentes que passaram a tesoura sequer sem assistir ao filme, segundo se noticia.

Tudo inútil, pois “*Terror*”, com a polêmica, entrou na lista de sucesso entre os arquivos baixados pela internet.

A Carta reflete opção da sociedade por amplas liberdades

6

Texto 39

Quarta-feira, 17 de agosto de 2011

O GLOBO

OPINIÃO

Demonstração prática de austeridade

A lguns dias depois de ordenar o ministro da Fazenda, Guido Mantega, a ser firme na administração das contas públicas, a presidente Dilma Rousseff deu demonstração prática do que deseja e vetou, entre outros dispositivos da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), o que estabelecia a obrigatoriedade de mais um aumento real (acima da inflação) para os aposentados com benefícios superiores a um salário mínimo. Em 2010, ano de eleições, foi concedido.

Embora contraditória com um outro veto, o de limites aos gastos públicos, a decisão da presidente reveste de seriedade a preocupação externada por ela com o agravamento da crise mundial, em grande parte provocada pela evolução para pior da questão de dívidas soberanas europeias. De fato, uma política fiscal verdadeiramente apertada é trunfo precioso do Brasil para se contrapor a qualquer onda de propagação externa causada pelo agra-

vamento da situação mundial, com uma provável nova interrupção do fluxo de crédito em escala planetária, como em fins de 2008/início de 2009.

O veto ao irresponsável reajuste acima da inflação de todos os benefícios — os de base, de um salário mínimo, já têm garantidos estratosféricos 13% a 14% —, proposto pelo senador Paulo Paim (PT-RS), era crucial, diante da conjuntura. Pois o crescimento dos gastos previdenciários já estabelecido pela fórmula de indexação do SM equivale, por si só, à explosão de uma bomba fiscal na contabilidade pública: serão aproximadamente R\$ 17 bilhões de despesas adicionais, algo como um Bolsa Família ampliado em 30%. Haverá, ainda, um impacto também nada desprezível no caixa de estados e municípios.

Existe margem para a aplicação de uma política austera, sem derrubar a economia, temor de Dilma. Basta praticar de verdade o discurso da seriedade fiscal, prometida desde a campanha eleitoral e não executada. Em artigo publicado ontem no GLOBO, o economista Fábio Giambiagi apresentou números irrefutáveis, obtidos a partir de análise do balanço do primeiro semestre das contas públicas. Ei-los: nos primeiros seis meses do ano os investimentos encolheram 5% além da inflação, as despesas correntes se expandiram 5% também reais e a arrecadação de impostos continuou a todo fôlego, com mais 13% além da inflação. Portanto, ao contrário das promessas de austeridade da candidata Dilma e do ministro da Fazenda, Guido Mantega, tudo continuou na mesma:

para obter algum superávit fiscal, confiou-se no crescimento da arrecadação e cortaram-se os investimentos, mantendo-se à rédea solta os gastos em custeio (salário do funcionalismo, Previdência, etc).

A presidente, diante do agravamento da crise, parece ter entendido o cenário, e metabolizou a mensagem: com inflação elevada, juros persistentemente nas nuvens e gastos sempre em alta, o Brasil se candidata a “bola da vez” num eventual descarrilamento do mundo. Acertou.

A presidente contrariou o Lula de 2008, para quem a crise era uma “marolinha”. Como se viu, não era, e Dilma não deseja, com razão, pagar para ver. Afinal, os fundamentos brasileiros estão piores que aqueles de fins de 2008, na inflação e na área fiscal. Resta a Dilma enfrentar um Congresso adicto, viciado em dinheiro público fácil, acostumado à fisiologia lulopetista. O fisiologismo e o desequilíbrio fiscal têm aspectos comuns.

Pelo menos até junho, tudo continuou na mesma na política fiscal

6

Texto 40

Quarta-feira, 3 de agosto de 2011

O GLOBO

OPINIÃO

Crise nos EUA alerta para a questão fiscal

Entre as tantas datas que entram para a História desde a eclosão da crise financeira mundial em setembro de 2008, 2 de agosto de 2011 terá lugar de destaque, por ser o dia em que os Estados Unidos escaparam de um inédito calote. Vencido o grave impasse entre democratas e republicanos, segunda-feira, na aprovação, pela Câmara dos Representantes, do pacote de corte de gastos que viabilizou a autorização para o aumento do teto da dívida pública, o projeto recebeu ontem o aval do Senado e foi logo à sanção do presidente Barack Obama.

A autorização para a elevação do teto de US\$ 14,29 trilhões da dívida americana — sem a qual o país teria entrado ontem tecnicamente em moratória — deixa um rastro de tensão nas duras negociações entre os partidos e a Casa Branca. Há manifestações de sentimento de derrota entre republicanos e democratas. A esquerda democrata acusa Obama de ter cedido numa das cláusulas pé-

treas do partido: cortes nos programas sociais, passíveis de serem executados, e automaticamente, caso a comissão bipartite criada para propor ajustes numa segunda etapa de redução de despesas não chegue a propostas consensuais. É verdade, mas, em compensação, Obama e democratas desarmaram a armadilha republicana de fazer a elevação do teto da dívida em duas etapas, de forma que a segunda fosse antes das eleições presidenciais de novembro de 2012. Imagine-se mais uma possibilidade de calote em plena campanha.

Em troca de cortes de US\$ 2,1 trilhões a US\$ 2,4 trilhões ao longo de dez anos, além do recuo no aumento da taxa dos ricos, democratas retiraram o dispositivo do projeto, com o limite do endividamento sendo elevado ago-

ra em US\$ 900 bilhões e, em seguida, em mais US\$ 1,2 trilhão, para a Casa Branca não necessitar fazer nova barganha antes do início de 2013, já no novo governo. Mas continuará uma grande negociação em torno dos cortes. Há análises variadas sobre vencedores e derrotados. Mas sempre existirão visões contraditórias em soluções de compromisso como a adotada. Ganha-se e perde-se em acordos, é do jogo.

O sistema institucional americano demonstrou, mais uma vez, pujança. Até mesmo ao dar transparência à obtenção de músculos pelo movimento conservador e radical de que o Tea Party, uma espécie de sublegenda republicana, é o exemplo mais visível fora dos Estados Unidos. Fica, ainda, a lição para o Brasil da

importância da questão fiscal. Ela é tão crucial que mobiliza um país. E por isso não pode ser tratada dentro de uma caixa-preta por supostos luminares. Os Estados Unidos, devido às medidas para evitar o derretimento do sistema bancário e em tentativas de reanimar a economia — ainda sem surtir grandes efeitos —, elevaram a dívida para o tamanho do PIB e passaram a acumular um déficit anual de 11% do PIB, situação insustentável. Não havia como escapar do ajuste, mesmo que o país emita a moeda de reserva internacional, condição a ser mantida ainda por muito tempo, apesar da crise. As contas públicas não respeitam voluntarismo dos poderosos de ocasião. Como alertou o economista Ilan Goldfajn em artigo, ontem, no GLOBO, o Brasil já está atrasado na formulação de um plano de médio e longo prazos de ajuste fiscal, que tem relação direta com juros e câmbio. É melhor fazê-lo na bonança.

Nem o país que emite o dólar pode conviver com grandes desequilíbrios

6

Texto 41

Quinta-feira, 26 de maio de 2011

O GLOBO

OPINIÃO

Caso Pimenta e o pior da Justiça brasileira

A prisão de Antônio Pimenta Neves, 11 anos após ter assassinado a ex-namorada Sandra Gomide no interior de São Paulo, para cumprir pena, representa o desfecho de um caso emblemático dos desvãos judiciais que, bem explorados, se tornam eficaz instrumento para protelar a ação da Justiça no país. Se, por alguma nova manobra, o jornalista voltar a se livrar da obrigação de ajustar contas com a lei, escapando da detenção, isso apenas reforçará uma evidência que todo esse episódio encerra. Quando se tem bons advogados, e obviamente condições financeiras para contratá-los, pode-se postergar o cumprimento de uma sentença até o limite que, não poucas vezes, alcança a prescrição da pena. Embora nem sempre verdadeira, a analogia com a versão popular dessa dedução — no Brasil, só o pobre vai preso — é irresistível. Os advogados de Pimenta Neves souberam explorar à exaustão os descaminhos ju-

diciais em busca da impunidade. Assassino confesso de um crime premeditado e friamente executado em agosto de 2000, quando era diretor de redação de "O Estado de S. Paulo", o jornalista só ficou preso na fase inicial do processo, por poucos meses, de setembro daquele ano a março de 2001, quando o Supremo Tribunal Federal concedeu-lhe habeas corpus, para aguardar o julgamento em liberdade.

Seguiu-se, a partir daí, o rito que, pela protelação (por meio de recursos previstos na legislação, registre-se), costuma levar à inimizabilidade de fato. Ele foi, enfim, condenado em 2006, e, desde então, sua defesa impetrou nada menos que 20 recursos junto ao STF e ao STJ. Ao negar agora a derradeira apelação do réu, o Supremo breiou a manobra.

Qualquer que seja o passo seguinte desse processo, o longo prazo decorrido entre o crime e o ajuste de contas do jornalista com a sociedade expõe com clareza o lado permissivo (ainda que não desejado) da Justiça brasileira. A morosidade, mal crônico nos tribunais, é aliada da espartez que se alimenta de dispositivos que permitem a postergação da execução de sentenças.

Acrescente-se a isso a existência de um gargalo nas cortes, onde se acumulam incontáveis processos — fruto, entre outras coisas, também da interposição de seguidos instrumentos protelatórios. São iniciativas legítimas, mas que acabam por desfigurar a essência do direito de defesa, cláusula da Constituição: dá-se ao réu a indiscutível presunção da inocência,

princípio que, no caso de um assassino confesso como Pimenta Neves, chega ser curioso. A lentidão nos ritos processuais é objeto de seguidas ações do Conselho Nacional de Justiça. O órgão tem cobrado presteza na tramitação de processos e estabelecido metas para desafogar as pautas dos tribunais, com resultados estimulantes. Os tribunais precisavam mesmo melhorar seus sistemas administrativos.

A protelação de contas a acertar com a Justiça tem repercussões na esfera política. Há casos de réus no gozo do direito a foro especial que a ele renunciaram para transferir o processo à Justiça comum. Dessa forma, se beneficiam de novos prazos e da secular lerdade das Cortes, para alcançar a prescrição. É a cultura da impunidade, com a qual o Judiciário não pode compactuar. Cumpre, portanto, combater o pior da Justiça brasileira, no desestímulo de chicanas como as que, até aqui, beneficiaram Pimenta Neves.

A cultura da impunidade extrapola a alçada criminal e alcança outras esferas

6

Texto 42

Terça-feira, 5 de julho de 2011

O GLOBO

OPINIÃO

Chance de um choque de moralização

O governo Dilma Rousseff criou o lema do "fazer mais com menos", bandeira erguida pela ministra do Planejamento, Miriam Belchior, logo na posse. Diante da necessidade de puxar as rédeas dos gastos públicos, condição básica para evitar o descontrole da inflação, aumentar a eficácia da administração passou a ser essencial para o Planalto.

Uma das medidas com este objetivo foi a criação da câmara de gestão e competitividade, a fim de melhorar o funcionamento da empenhada máquina pública. A outra começou a ser implementada com o correto afastamento de parte da cúpula do Ministério dos Transportes, um feudo do PR, e conhecido por abrigar um balcão de negócios escusos. Muito pode mesmo ser economizado no combate à corrupção. O motivo da decisão de Dilma Rousseff, revelado pela revista "Veja", foi a constatação, pela própria presidente, de que orçamentos de obras tocadas pelo ministério

eram "insuflados", ou seja, aumentados sem justificativa técnica. Em outras palavras, despesas superfaturadas. A explicação, segundo a revista, seria a cobrança de propina pelo partido donatário do ministério.

Dilma ordenou ao ministro Alfredo Nascimento — mantido até segunda ordem — afastar Luiz Pagot, diretor-geral do Dnit — o antigo DNER —, Mauro Barbosa da Silva, seu chefe de gabinete, o assessor Luís Tito Bonvini, e José Francisco das Neves, diretor-presidente da Valec.

Não é de agora que o Ministério dos Transportes, pelo volume de verbas que movimentava, frequentava escândalos. Também são conhecidos nesses circuitos financeiros clandestinos Luiz Pagot e o deputado Valdemar Costa Neto (PR-SP), mensaleiro de primeira hora e um dos po-

los do esquema montado na Pasta, de acordo com a reportagem. Pagot, do grupo do senador Blairo Maggi (PR-MT), tem alentada folha corrida de suspeições. Mesmo assim foi indicado por Lula, ainda em seu governo, para ocupar o Dnit. Costa Neto, por sua vez, renunciou ao mandato anterior na Câmara, para escapar da cassação. Teria o mesmo destino de José Dirceu (PT) e Roberto Jefferson (PTB).

As propinas seriam entregues a Costa Neto, depois de empreiteiros acertarem entre si o resultado das "concorrências". Para financiar o "por fora", obras eram superfaturadas. As executadas em ferrovias, por exemplo, encareceram, em pouco mais de um ano, quase 40%, para irritação de Dilma.

Valdemar Costa Neto tem experiência em

caixa dois. Em entrevista a "Época", em 2005, ele admitiu ter recebido do PT R\$ 6,5 milhões de "recursos não contabilizados", depois de uma negociação cara a cara com José Dirceu, em 2002, enquanto o candidato Lula e o vice da chapa José Alencar os esperavam do lado de fora. Eram os primórdios do mensalão.

Será ruim para o governo Dilma se a manutenção do ministro Alfredo Nascimento, presidente do PR, for sinal de alguma tibieza da presidente. Caso ela vá em frente, como precisa fazer, fincará uma estaca no coração do monstro criado pelo lulopetismo ao montar equipes de governo com base no fisiologismo. Este foi um dos desserviços prestados ao país pelas duas gestões Lula. Se não recuar, ao contrário do que fez, por equívoco, no caso do decreto das emendas parlamentares de 2009, a presidente pode estabelecer um padrão ético mínimo na esfera pública. Na eventualidade do recuo, terá perdido uma batalha decisiva logo no início do mandato.

Dilma não pode recuar na intervenção no Ministério dos Transportes

6

Texto 43

Quarta-feira, 14 de setembro de 2011

O GLOBO

OPINIÃO

Hora é de estadistas no Oriente Médio

O primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, visitou ontem a fronteira com o Egito e ordenou que seja apressada a construção da cerca de segurança que cobrirá os 200 quilômetros da divisa. É uma resposta a uma ação de militantes palestinos da Faixa de Gaza que entraram em Israel pelo Egito e mataram oito pessoas. Na semana passada, uma multidão enfurecida atacou a Embaixada de Israel no Cairo, obrigando o estado judeu a retirar seu embaixador por falta de segurança. A muitos pareceu estranho o episódio no momento em que o governo provisório egípcio enfrenta imenso descontentamento interno com os rumos das reformas pós-Mubarak.

Também ontem, o primeiro-ministro da Turquia, Recep Tayyip Erdogan, iniciou visita ao Egito e arrancou aplausos entusiasmados dos chanceleres, na Liga Árabe, ao afirmar que Israel deve "pagar o preço" por se recusar

a pedir desculpas por sua ação contra um navio turco que furaria intencionalmente o bloqueio à Faixa de Gaza e que resultou na morte de oito ativistas turcos.

O Egito, principal país árabe, era o baluarte da paz com Israel durante a ditadura de Hosni Mubarak, derrubada no início do ano pelos ventos da Primavera Árabe. Agora, este pilar fraqueja. A Turquia teve boas relações com Israel até que Erdogan, com o incidente da flotilha na mão, resolveu mudar radicalmente de rumo e se tornar um campeão da causa palestina, hostilizando Israel para aumentar a influência turca no mundo árabe.

O líder palestino Mahmoud Abbas, por sua vez, confirmou a disposição de reivindicar na Assembleia Geral da ONU, que se inicia dia 21,

o reconhecimento formal do Estado palestino. Fontes palestinas confirmaram ontem a disposição de apresentar a moção também ao

Conselho de Segurança, onde será vetada pelos EUA, para quem o melhor caminho para se chegar ao Estado palestino ainda são as negociações. Por suposto. O reconhecimento pela Assembleia Geral, praticamente certo, é inócuo em termos de avanços para o povo palestino e ainda adicionará mais tensão a esse momento já muito complicado. Radicais palestinos se sentirão estimulados, agora como um novo "estado árabe", ainda que pro forma, a fustigar o Estado judeu,

que reagirá.

Washington despachará esta semana enviados especiais para falar com israelenses e pa-

lestinos. Parece muito pouco, muito tarde. O momento é para estadistas. Netanyahu, cada vez mais isolado, deveria trocar a arrogância por um gesto concreto que detivesse a marcha palestina para a radicalização na ONU. A Liga Árabe, em tempos de primavera, precisa se reciclar e jogar seu peso político para convencer Abbas a trocar o plano da ONU pela negociação concreta com os israelenses.

O presidente Barack Obama está com a agenda doméstica lotada, mas sua liderança é indispensável neste momento delicado. União Europeia e Rússia também precisam ser decisivas. Se Abbas e Netanyahu estiverem relutantes em trabalhar genuinamente pela paz, EUA, UE, Rússia e ONU devem convencê-los de que há precedentes — Camp David em 1978, Oslo entre 1993 e 1999 —, há planos concretos, como o Mapa da Paz (do Quarteto, 2003) e do rei saudita Abdullah (2007). O que ainda falta é coragem.

É preciso coragem de líderes para recolocar a paz na agenda

6

Texto 44

Quinta-feira, 27 de outubro de 2011

O GLOBO

OPINIÃO

Ainda falta muito no saneamento básico

O Atlas do Saneamento, recentemente divulgado pelo IBGE, trouxe um quadro ainda desanimador. Entre os serviços básicos, os índices relativos ao fornecimento de água para consumo humano, coleta e tratamento de esgotos, drenagem ficam muito aquém daqueles já atingidos em energia elétrica e telecomunicações, por exemplo.

Os números se referem a 2008, mas dão uma ideia do desafio que se tem pela frente: 90% dos municípios brasileiros declaravam não possuir meios de conter as águas das chuvas; 23% deles precisavam conviver com racionamento em períodos de estiagem; e 44,8% não coletavam esgotos.

Já o Instituto Trata Brasil, avaliando dados de 2009 referentes às 81 cidades brasileiras com mais de 300 mil habitantes, concluiu que 66 atendiam 80% ou mais dos seus habitantes (sendo que apenas vinte declararam chegar a

100% da população) com fornecimento de água, e 15 ficavam abaixo desse patamar.

No caso da coleta de esgotos, o índice médio foi de 57% da população, sendo que 38 das 81 cidades declararam chegar a 80% (é o caso do Rio de Janeiro, com 93%). Em apenas três (Belo Horizonte, Montes Claros e Porto Alegre) atribuiu-se 100% de coleta.

Quanto ao tratamento de esgotos, o índice médio foi de 39% do volume coletado, um avanço lento em comparação a 2003 (7,8 pontos percentuais).

Embora nacionalmente os índices avancem devagar, em alguns locais houve melhorias recentes consideráveis. Alguns municípios da Baixada Fluminense, como Duque de Caxias, Nova Iguaçu e São João de Meriti, apareciam

com índice zero de coleta e tratamento de esgotos na pesquisa de 2009. Porém, esta semana, a Cedae finalmente conseguiu inaugurar

redes coletoras e a estação de tratamento de Sarapuí (construída há doze anos, e que estava inoperante). A estação se encontra apta agora a tratar, tanto de forma primária, com retirada de resíduos sólidos, como secundária (eliminando 98% da carga poluente), 1.000 litros de esgoto por segundo. Esta capacidade será ampliada gradualmente para 1.500 litros por segundo.

A estação de Sarapuí contribui para que 6 mil litros de esgoto sejam tratados por segundo. Há poucos anos, menos de um terço desses esgotos era tratado, e o restante, despejado in natura na Baía de Guanabara. A meta

estadual é atingir 14 mil litros de esgotos por segundo até 2015, na região. Com enorme atraso, o programa de despoluição da Baía de Guanabara fará sentido, e o Estado do Rio poderá se aproximar da meta estabelecida em seu pacto de saneamento (80% de esgotos tratados até 2020, em comparação aos 76% hoje coletados).

Esses avanços locais são observados em mais regiões do país. Santos ocupou o primeiro lugar no ranking do saneamento estabelecido pelo Instituto Trata Brasil, com os dados de 2009. Niterói, que tem esses serviços sob responsabilidade de uma companhia privada, é a cidade fluminense de grande porte mais bem colocada no ranking (nono lugar), o que deve ser motivo de reflexão. Porto Alegre, com o saneamento sob administração municipal, tratava 39% dos esgotos em 2008 e espera chegar a 87% antes da Copa do Mundo.

Há importantes avanços, mas também uma pesada herança

6

Texto 45

Terça-feira, 7 de junho de 2011

O GLOBO

OPINIÃO

Cuidados com a definição de 'ex-favela'

Ao divulgar uma lista de 44 localidades que teriam passado a ser "ex-favelas" ou "comunidades urbanizadas", a Secretaria municipal de Habitação e o Instituto Pereira Passos (IPP), também da prefeitura, deflagraram, em boa hora, um debate sobre quais as condições para uma favela passar a ser considerada parte do bairro em que se localiza.

O momento é oportuno, pois, pela primeira vez, há chances objetivas, no Rio, de comunidades pobres, ao serem libertadas do controle de quadrilhas, receberem todos os serviços públicos disponíveis no "asfalto". O antigo e tão cultivado projeto de o Rio deixar de ser uma "cidade partida" não é mais tese acadêmica ou sonho. Passou a ser uma possibilidade com as UPPs. A iniciativa do IPP e da secretaria instalou uma polêmica, porque, por serem muito genéricos os critérios adotados pelos organismos municipais na elaboração da lista, ela inclui, por exemplo, comu-

nidades ainda sob o controle de traficantes (Vidigal) ou milícias (Fernão Cardim, em Pílax). No entender do instituto e da secretaria, podem ser consideradas "ex-favelas" aquelas com pavimentação, iluminação, drenagem pluvial, redes de abastecimento de água e esgoto, áreas de esporte e lazer, bem como sistemas coletivos de educação, saúde e assistência social. Por este conceito, Vidigal pode mesmo ser considerado "comunidade urbanizada". Mas não deve, como disse ao GLOBO o economista Sérgio Besserman, para quem qualquer território "urbanizado" precisa estar sob controle do Estado. Sem dúvida. Não importa se conta com equipamentos urbanos típicos.

No plano geral, a favela, para ser considerada urbanizada, entende o arquiteto e

urbanista Sérgio Magalhães, deve ter o mesmo padrão dos serviços do bairro em que está. Assim, a Rocinha, depois de liberada da ditadura da criminalidade, precisará contar com atendimento similar ao que o poder público concede a São Conrado, para ser considerada urbanizada. Ou seja, em frequência no recolhimento do lixo, regularidade no abastecimento de água, cobertura pela rede de esgoto, iluminação pública. O mesmo para a rede regular de ensino público e Saúde. Precisam, também, valer para a "ex-favela" todas as normas de edificação em vigor na

cidade formal, como gabarito e licença para construção, devendo ser estabelecido que "ex-favela" não pode se expandir horizontalmente. Outro ponto é a regularização

da propriedade, com o devido recolhimento do IPTU — mesmo a uma taxa social. Há, neste aspecto, uma questão cultural a enfrentar: o ex-favelado tende a ter um custo de vida maior na formalidade, mas precisará entender que, em troca, contará com segurança, um bem de valor incalculável, e todos os serviços públicos antes inexistentes. E, como parte do plano amplo de desfavelização, via o Morar Carioca, deveria ser definido que pequenas comunidades serão erradicadas — há 193 favelas com menos de 100 casas, informa o IPP —, com remoções para o mesmo bairro ou outros, servidos por linhas eficientes de transporte público.

Os critérios para o surgimento de uma "ex-favela" necessitam, também, de ampla divulgação, para o julgamento e controle da própria população. Não se pode desperdiçar a chance de, enfim, o Rio ser uma cidade unificada.

Crítérios, além de ampliados, precisam ter grande divulgação

O GLOBO

OPINIÃO

A inútil 'blindagem' de Palocci

Em um movimento previsível, executado sempre que alguma autoridade se fragiliza e, por tabela, o próprio governo, o Palácio age para evitar o uso pelo Congresso de qualquer de suas prerrogativas de fiscalização.

A revelação da "Folha de S.Paulo" de que o ministro-chefe da Casa Civil, Antonio Palocci, multiplicara por 20 o patrimônio, de 2006 a 2010, período em que exerceu mandato de deputado pelo PT paulista, o governo começou a mover as engrenagens para manter a base parlamentar unida contra a instalação de CPI ou convocação do ministro para depor, como deseja a oposição.

Embora o Planalto não tenha maioria para votar como deseja o Código Florestal, por exemplo, ao menos consegue barrar a instalação de CPI. E mesmo que fosse criada uma comissão de inquérito, o governo poderia torná-la inócua. É só conquistar a maioria de seus votos. Ocorreu assim na CPI da Petro-

bras, na gestão Lula, e nada foi investigado.

Mas, como em casos semelhantes no passado, muito vai depender da evolução das revelações. Primeiro, soube-se que o então deputado adquiriu, em São Paulo, um apartamento de alto padrão e um escritório, os dois imóveis em pontos privilegiados da cidade, por pouco mais de R\$ 7 milhões, pagos *cash*, ou seja, sem financiamento. O ministro justificou a multiplicação do patrimônio por consultorias prestadas por meio da sua empresa Projeto.

Como a legislação não impede parlamentar de ser consultor de empresa privada — erro a ser corrigido —, Antonio Palocci contava com alguma base de argumentação. Depois, também pela "Folha", ficou-se sabendo que, no ano passado, ano de eleição, o ministro fatu-

rou R\$ 20 milhões em consultorias, dos quais a metade em apenas dois meses, novembro e dezembro, quando Dilma Rousseff já era presidente eleita e Palocci, o futuro ministro-chefe da Casa Civil. A coincidência é de elevada combustão.

De uma posição defensável — quando o caso se resumia aos imóveis —, o ministro passou a ser alvo exposto a acusações de tráfico de influência, e até de ter participado de algum esquema de financiamento ilegal da campanha petista. Seria o reaparecimento dos "recursos não contabilizados", eufemismo criado por petistas na crise do mensa-

lão para designar caixa dois. Como também já ocorreu no passado, blindagens no Congresso de autoridades são inúteis se não há explicações convincentes para

os supostos malfeitos.

Na sexta-feira, o procurador-geral da República, Roberto Gurgel, deu o prazo de 15 dias para Palocci explicar o estonteante aumento de patrimônio. A Casa Civil informa que o ministro deverá fornecer as informações ao procurador ainda nesta semana. Age bem, pois quanto mais cedo der explicações, melhor.

Continuar em silêncio apenas ajuda a tornar tudo ainda mais nebuloso. Para agravar a situação, as suspeições em torno da alta produtividade do escritório do ministro fermentam no ambiente mal iluminado da mistura de negócios com política, característica malévola da vida pública brasileira radicalizada nos últimos oito anos. Não fosse bastante haver esta indesejada mistura no bilionário braço financeiro-sindical do PT representado por fundos de pensão de estatais, Palocci não é o único político da legenda a transitar no ramo das consultorias. Daí as explicações do ministro precisarem ser convincentes.

Diante do
noticiário,
esclarecimentos
precisam ser
convincentes

O GLOBO

OPINIÃO

Aula prática de pressão abusiva

Chegou a ser vertiginosa a velocidade dos desdobramentos da crise instalada em torno do ministro Antonio Palocci, com a revelação das ainda não explicadas consultorias prestadas pelo chefe da Casa Civil de 2007 ao ano passado. O fato de a reportagem da "Folha de S.Paulo" coincidir com a votação do Código Florestal, em que o governo saiu derrotado pelo aliado PMDB, acrescentou um condimento especial ao caso — um choque entre a presidente Dilma Rousseff, por meio de Palocci, com um dos grandes fiadores da aliança de peemedebistas e petistas, vitoriosa nas eleições, o vice-presidente Michel Temer.

A fragilidade da base política de Dilma terminou amplificada pelo desembarque do ex-presidente Lula em Brasília, sintoma do limitado raio de ação da presidente e do ministro escalado para ser o grande comandante das articulações político-partidárias e outras do governo. Foi necessária a ajuda do líder su-

premo do PT e idealizador da candidatura Dilma para apagar os focos mais perigosos do incêndio na base parlamentar.

Tirada a foto ensaiada de Dilma e Temer, no aeroporto de Brasília, na passagem de cargo para a viagem da presidente ao Uruguai, o barômetro da tensão caiu, mas ainda deverá haver emoções fortes pela frente. É o que leva a crer a convocação de Palocci, para explicar sua evolução patrimonial, aprovada ontem na Comissão de Agricultura da Câmara, considerada um "golpe" pelos governistas. E há ainda a expectativa sobre como agirá o procurador-geral da República diante das explicações enviadas pelo ministro. Mas é no subsolo da malha de acertos entre partidos para dar sustentação a Dilma Rousseff que se movimentam forças ca-

pazes de gerar muitos embaraços ao governo. Até mesmo subtrair seu poder de governar. O primeiro alerta para este risco aconteceu na semana passada, quando a bancada evangélica, aproveitando-se da fragilidade do Planalto, teve êxito numa chantagem: ajudar a impedir a convocação do ministro em troca da suspensão do material do MEC anti-homofobia, a ser distribuído nas escolas, considerado fora do tom pela bancada.

Tudo faz crer que não havia outra alternativa diante do conteúdo de folhetos e filmes, mas nunca a presidente deveria ter aceitado os termos da barganha.

Na terça, veio mais uma chantagem, feita de forma explícita por um componente da mesma bancada, Anthony Garotinho (PR-RJ). Que haveria outras, não se tinha dúvidas. Um

dos "fichas-sujas" salvos pela prorrogação da Lei da Ficha Limpa para 2012, conhecido pelas nebulosas administrações no Rio de Janeiro, e em particular por juizes e promotores da Justiça Eleitoral fluminense, Garotinho foi direto ao ponto: a convocação de Palocci é "um diamante que custa R\$ 20 milhões" — irônica referência ao suposto faturamento da firma de consultoria do ministro no ano passado. E, diante disso, novamente em troca da ajuda da bancada para manter o chefe da Casa Civil longe do Congresso, Garotinho quer a aprovação de uma emenda à Carta para criar o piso salarial a policiais e bombeiros. Uma aberração. Não só conceitualmente — não existe realidade uniforme nos estados — como do ponto de vista das finanças: custaria R\$ 25 bilhões/ano aos erários estaduais. Desrespeitosa, impertinente, a pressão de Garotinho não pode ser admitida pelo Planalto. Já foi um erro aceitar a primeira chantagem. A segunda será suicídio.

Chantagem
de Garotinho
coloca
governo numa
encruzilhada

6

Texto 48

Quinta-feira, 5 de maio de 2011

O GLOBO

OPINIÃO

Morte de Bin Laden não justifica tortura

Sem colocar os dois fatos no mesmo plano, a morte de Osama bin Laden parece gerar tantas implicações quanto a série de atentados do 11 de Setembro, dos quais o terrorista islâmico foi o maior responsável. À época, o terrorismo sem fronteiras, a permeabilidade e a transparência da sociedade americana ganharam evidência. A democracia, como praticada nos Estados Unidos, chegou a ser posta em xeque por medidas duras tomadas em defesa da "segurança nacional". E ficou ainda mais claro que o desatino do terror poderia se materializar em qualquer canto do planeta.

Já o desfecho da operação cinematográfica de comando realizada por um grupo de elite de soldados da Marinha americana, no fim de semana, em Abbottabad, no interior do Paquistão, se foi motivo de comemoração nas ruas nos Estado Unidos, com o revigo-

ramento da combatida autoestima nacional, tem alimentado críticas sobre a liberdade com que uma superpotência atuou com força militar em um outro país, sem aviso prévio. O próprio final da operação, com Bin Laden morto, e o corpo jogado ao mar, tem sido objeto de controvérsias.

Em outros termos, a vingança contra o terrorista, autor intelectual de mais de 3 mil mortos em solo americano, recoloca a questão de se os fins justificam os meios.

Não se pode ser ingênuo: esta guerra é suja — mais que as do passado, convencionais —, e os atos de terrorismo são ignominiosos. Também se pode argumentar, em defesa da operação de comando como executada, que, na prática, seria alertar Bin Laden

caso qualquer informação prévia fosse passada ao governo paquistanês.

No rescaldo da morte do terrorista, um dos assuntos em aberto é como ficarão as relações dos Estados Unidos e o Paquistão, aliado-chave na luta contra a al-Qaeda e o Talibã, e no qual Bin Laden contava, tudo indica, com algum tipo de proteção nas Forças Armadas e/ou serviços de segurança.

Outro aspecto, muito grave, é o papel da tortura na descoberta do líder da al-Qaeda, assunto já contaminado pela disputa política americana, com republicanos, na tentativa de capitalizar a vitória de Obama, lembrando que a decisão de "aprimorar técnicas de interrogatório" foi tomada no governo Bush.

Entra-se numa questão de princípio: defender tortura como método é atentar contra valores de que não se pode abrir mão. A imprensa americana tem revelado detalhes de toda a fase de interrogatórios na base de Guantánamo, Cuba, e em prisões secretas mantidas pela CIA no Leste da Europa. Revelam-se, também, alguns detalhes da fase de investigação de campo, e fica demonstrado que, não fosse todo o aparato tecnológico e de inteligência, aquela casa em Abbottabad não teria sido localizada.

Combater o terror não é um piquenique em Paquetá, ensina o ataque que liquidou Bin Laden. Mas há limites que não podem ser ultrapassados, em nome do respeito à dignidade humana. A própria democracia corre riscos, porque estes grupos semiclandestinos costumam ganhar vida própria dentro do Estado. Exemplos há vários, entre eles o do Brasil da ditadura militar.

A guerra contra o terror é suja, mas limites têm de ser respeitados

6

Texto 49

Quarta-feira, 25 de maio de 2011

O GLOBO

OPINIÃO

A municipalização da corrupção

Onível de exposição do governo federal o deixa mais vulnerável à necessária vigilância da sociedade, seja por organizações não governamentais, partidos políticos de oposição e a própria imprensa profissional, independente. Algo semelhante ocorre em grandes estados e prefeituras. Mas, mesmo assim, ocorrem casos graves de desvio de dinheiro público. Quando se aborda o problema a partir da Federação como um todo, com foco no enorme universo municipal, os golpes contra o Erário parecem constituir uma epidemia. Reforça-se a ideia de que desviar dinheiro público — para bolsos privados e/ou caixa político — é parte da deletéria cultura patrimonialista existente na política brasileira.

Apenas no noticiário dos últimos dias, destacam-se ações policiais e do Ministério Público contra quadrilhas especializadas nesta atividade — pelo jeito, muito rentável — em estados tão distantes entre si quanto São Pau-

lo, Ceará e Rio Grande do Sul. Em comum entre os casos, quadrilhas montadas em municípios para desaparecer com dinheiro público. O de maior repercussão transcorre em Campinas — terceira maior cidade paulista, polo científico e tecnológico — onde foram inicialmente presas 11 pessoas. O vice-prefeito, Demétrio Vilagra, do PT, até ontem era considerado foragido, junto com dois secretários municipais.

Segundo denúncias do MP, o golpe era dado em contratos com a empresa de saneamento. A mulher do prefeito, Hélio de Oliveira Santos (PDT), Dr. Hélio, Rosely Nassim Jorge Santos, chefe de gabinete do marido, é considerada "responsável pela idealização e criação do esquema criminoso". A denúncia preocupa o PT.

No Rio Grande do Sul, ficou comprovada,

em investigações da Política Federal e Controladoria-Geral da União (CGU), fraude na venda de medicamentos a prefeituras. No estado, serão investigadas 400. Estima-se que, em três anos, R\$ 66 milhões foram pagos por prefeituras gaúchas a empresas distribuidoras de medicamentos envolvidas na operação criminosa. Foram detidas 64 pessoas, funcionários de prefeituras entre elas. Cabe lembrar que agir no suprimento de remédios ao SUS é uma das ações prediletas de quadrilhas. Também em governos de grandes estados.

Já no Ceará, a corrupção atacou no transporte escolar, por meio de licitações fajutas feitas por prefeituras locais. Prefeituras cúmplices pagavam pelo aluguel de ônibus, e as crianças eram transportadas por caminhões paus de arara. Na se-

mana passada, houve duas prisões.

As histórias, enfim, se sucedem e o desfecho é o mesmo: roubo de dinheiro do contribuinte. As cifras em jogo são bilionárias, pois a grande maioria dos 5.564 municípios vive de repasses da União. Muito dinheiro da Federação é transferido para Saúde e Educação municipais — por isso, estes são dois dos filões mais explorados pela corrupção. Apenas no primeiro trimestre, o Orçamento da União despachou R\$ 15,7 bilhões para prefeituras.

A CGU costuma fazer auditorias em municípios por sorteio, e encontrar resultados escabrosos. Por exemplo, de 2007 a 2008, 40% das prefeituras praticaram licitações fraudadas. Mesmo assim, apenas uma ínfima parcela de transferências vultosas como as do SUS é auditada. Parece óbvio que as informações colhidas pela CGU e a multiplicação de processos contra prefeituras justifiquem a existência de uma fiscalização efetiva e constante nesses municípios.

Apesar da sucessão de malfeitos, há pouca fiscalização

6

Texto 50

Terça-feira, 17 de maio de 2011

O GLOBO

OPINIÃO

Ajuste fiscal precisa ter qualidade

Diante das fortes pressões inflacionárias, que até levaram os índices oficiais de preços a ultrapassar o teto da meta (6,5%) no acumulado em doze meses, os instrumentos de política econômica devem estar voltados para uma moderação do ritmo de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), de modo que se possa restabelecer um equilíbrio especialmente naquelas áreas nas quais se observou um distanciamento entre as curvas de demanda e oferta.

Enquanto a oferta não reage, em função dos investimentos programados ou em curso, a maneira mais rápida e eficaz para se segurar a pressão sobre os preços é esfriar um pouco a demanda. Mas tirar o pé do acelerador na política econômica não significa que o país precise ser empurrado para uma recessão. O fato de a inflação ter batido no teto da meta ainda não é sinônimo de perda de

controle, embora haja o risco criado pelos mecanismos de indexação que persistem na economia.

É importante que instrumentos de combate à inflação estejam afinados, no mesmo tom. Pelo lado da política monetária, o Banco Central adotou medidas de restrição ao crédito e elevou as taxas básicas de juros (embora, no último aumento, de 0,25 ponto, houvesse dentro do Copom dois votos a favor de 0,50). E, do lado da política fiscal, espera-se uma redução expressiva nos gastos correntes governamentais.

Aparentemente isso ocorreu no primeiro trimestre do ano, segundo as estatísticas oficiais, o que foi um alento nos mercados, pois todos os agentes estavam

aprensivos com a trajetória das despesas governamentais, que havia entrado em um rumo explosivo, principalmente antes das eleições gerais.

Mas esse alento não deve ser efusivo, pois, como alerta o especialista em finanças públicas Raul Velloso, houve, na verdade, uma postergação de despesas. Se a União tivesse mantido o cronograma habitual de pagamento de precatórios, os gastos teriam aumentado em 5,6%, em vez de apenas 1%.

Essa prática já foi usual no passado, quando o controle das despesas era feito na boca do caixa. Não é essa política fiscal que o país precisa e deseja. Tanto em termos conjunturais (para ajudar no combate à inflação) como estruturalmente (liberação de es-

paço para incremento de investimentos privados), a política fiscal no Brasil deveria ser marcada por um crescimento das despesas abaixo da média de expansão do conjunto da economia. No discurso, as autoridades defendem essa ideia, mas o que se vê é uma enorme dificuldade para pô-la em prática.

A política de controle de gastos na boca do caixa só se justificaria em uma situação de emergência, em que não houvesse outra saída. O país conta com um bom arcabouço institucional — a Lei de Responsabilidade Fiscal é exemplo disso — que lhe permite ter um ajuste de mais qualidade.

Mas é preciso ter vontade política firme para executar o ajuste necessário, e sem contabilidades criativas. Se não houver convicção no governo da necessidade de se reduzir o fôlego dos gastos, será mais penosa para a sociedade a luta contra a inflação. Leniência hoje contrata choques para amanhã.

Leniência
hoje contra a
inflação contrata
choques para
o futuro

6

Texto 51

Quarta-feira, 13 de julho de 2011

O GLOBO

OPINIÃO

Corrupção aumenta drama da Serra

Vítima do maior desastre natural da História do país, a Região Serrana fluminense tem sido palco, desde as enchentes que no início do ano mataram 900 pessoas e deixaram em seus municípios milhares de famílias desabrigadas, de um drama no qual se misturam três pragas do Estado brasileiro. A primeira brotou da própria tragédia — o pouco apreço dos governos com ações preventivas que reduzam riscos decorrentes de contingências ambientais. O dilúvio foi um fenômeno da natureza, mas não tiveram nada de inato a falta de medidas de precaução, a ineficiência e os equívocos de comunicação entre si de órgãos de defesa civil que marcaram a atuação do poder público ao cair das chuvas, o que potencializou prejuízos materiais, morais e familiares na Serra. A segunda é a burocracia que dificulta iniciativas de reparação de danos

e de ajuda a moradores e empresas atingidos pela calamidade.

A terceira praga, a corrupção, entrou em curso antes mesmo de o nível das águas baixar. Bombeado por um propinoduto, um esquema de acertos drenou para bolsos privados recursos liberados pela União para a reconstrução das áreas atingidas. Uma série de reportagens do GLOBO mostra a dimensão da desfaçatez: um grupo de funcionários públicos e empresários, segundo investigações da Justiça, teria pactuado o reajuste de propinas para aprovar contratos sem licitação.

De acordo com um empresário, em Teresópolis o percentual da taxa ilegal, normalmente (sic) de 10%, passou para 50% após a enxurrada. As denúncias che-

gam ao primeiro escalão do governo municipal, envolvendo dois secretários. O prefeito é objeto de uma ação de expulsão movida pelo diretório local do PT. O fato pitoresco de propinas terem sido pagas até no banheiro da prefeitura apenas acrescenta um iconográfico componente à sordidez do esquema de fraudes.

Em Nova Friburgo, a cidade mais atingida pelo temporal e que recebeu a maior fatia da verba da União, o Ministério Público Federal já instaurou mais de uma dezena de inquéritos, cobrando explicações do governo municipal. Diante das evidências de que a prefeitura poderia maquiagem os processos de liberação de verbas, oficiais de justiça cumpriram ontem man-

dados de busca a processos com informações, sonegadas pelo prefeito Dermeval Barboza Moreira Neto (PMDB), sobre a aplicação dos recursos repassados por Brasília. Por improbidade administrativa, Moreira Neto e o procurador-geral do município, Hamilton Sampaio da Silva, são alvo de uma ação civil pública do MPF.

As investigações estão em curso. É fundamental que o Ministério Público as leve ao fim, com a punição exemplar de todos os envolvidos no escândalo. A formação de esquemas de corrupção para surrupiar verbas públicas é condenável por princípio. Mas todo esse episódio de malversação da ajuda financeira à Serra tem o perverso agravante de que tragédias pessoais serviram de pano de fundo de ações criminosas. Deixá-las sem uma resposta firme da Justiça trará para o palco do drama outra das grandes pragas do país — a impunidade.

Deixar os
responsáveis sem
condenação
ajudará a praga
da impunidade

Barreira a projeto autoritário no Equador

O presidente do Equador, Rafael Correa, se valeu de uma nada confiável pesquisa de boca de urna feita a pedido do governo para proclamar, com ajeitamento conveniente, vitória no referendo realizado no país para dar mais poderes ao Executivo, modificando importantes aspectos da legislação nacional. A pesquisa levou a oposição a reconhecer precipitadamente a derrota. Mas os resultados apurados pelo Conselho Nacional Eleitoral (CNE), se dão vantagem ao governo na maioria das dez questões submetidas a exame popular, mostram ontem que ela era mínima.

Uma das metas de Correa, bem ao estilo de seu mentor venezuelano Hugo Chávez, é controlar e amordçar a imprensa independente. A pergunta número 9 consulta o povo sobre a criação de um Conselho de Regulamentação para examinar o conteúdo difundido por imprensa escrita, rádio e TV, o que não passa de

censura governamental, ferindo de morte a liberdade de expressão. Nessa questão, o resultado indicava ontem, no início da noite, vantagem do "não" sobre o "sim", com pouco mais de 40% dos votos apurados.

A proposta número três veda a acionistas e diretores de empresas de comunicação, bem como de empresas financeiras, serem donos de negócios em outros ramos da economia. Neste item, o "sim" levava vantagem mínima.

Alegadamente, Correa quer "enfrentar a oposição de máfias dentro do Judiciário" para "erradicar a corrupção e a ineficiência nos tribunais". Para isto, pediu poderes para formar uma equipe destinada a reformar a Justiça e escolher os juizes da Suprema Corte

e dos tribunais, com o objetivo subjacente de controlar o Judiciário. O resultado apontava empate técnico nas respostas à pergunta número quatro, referente ao tema.

Nenhuma das propostas de Correa atingiu 50% dos votos até agora, numa demonstração de que o presidente talvez não receba o mandato popular que espera para mudar aspectos tão importantes da vida equatoriana. Ressalte-se que seu governo empregou a fundo a máquina de propaganda oficial e recursos do Estado para assegurar ampla vitória no referendo. Mas os resultados parecem não autorizá-lo a seguir com o projeto de concentração de poder.

Correa está no poder desde 2007, o que, de certa forma, é um feito diante da tradicional

instabilidade política do país andino. Ele conta com forte base entre as classes menos favorecidas graças a seus programas assistencialistas. Mas é acusado, com motivos, pelos rivais de autoritarismo e de querer aumentar a qualquer custo os poderes para governar com o enfraquecimento dos órgãos que garantem o equilíbrio numa democracia.

O empate técnico no referendo, até ontem, demonstrava desgaste da popularidade do presidente e mostrava um Equador dividido ao meio. A melhor solução para o país não passa pelo modelo bolivariano, mas pela disposição de governar na democracia.

Mesmo que consiga alguma margem favorável, porém, Correa não deverá ter cartabranca para avançar no projeto autoritário de figurino chavista. O país poderá sair do referendo rachado. O presidente terá de decifrar de forma correta este recado, e não apelar para o radicalismo.

**Resultado parcial
mostra rejeição
popular ao
controle da mídia
pelo governo**
